



CONSELHOS E CONSELHEIROS DAS ESCOLAS DO RECIFE NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

Eduardo Maia de Paiva¹; Ana de Fátima P. de Sousa Abranches²

¹Graduando em Ciências Sociais (Licenciatura)/UFPE,

²Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisas Sociais da Fundaj – DIPES e Coordenação Geral do Centro de Estudos Cultura, Identidade e Memória; e-mail: anafpsa@gmail.com

RESUMO: A partir da década de 1980, o Brasil começa um processo de redemocratização das instituições públicas, concluindo um ciclo de aproximadamente 20 anos de ditadura militar. Com isso, novas políticas públicas foram elaboradas a partir de uma atuação ativa da sociedade civil organizada. Em 1988 a Constituição Federal afirmava como sendo necessário o princípio da gestão democrática no ensino público brasileiro. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) propõe a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares deliberativos com representação de todos os atores escolares – pais/mães, estudantes, funcionários, professores e direção escolar. Este trabalho aborda a questão da gestão democrática em duas escolas públicas da cidade do Recife-PE a partir de um olhar para a organização de conselhos escolares deliberativos como instâncias promotoras de participação social. Com base em pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os representantes dos conselhos, desenvolvemos uma análise sobre o papel deste órgão no enfrentamento dos desafios existentes nas escolas. Assim, foi possível perceber o entendimento de que para as e os conselheiros esta articulação é de extrema importância para o fortalecimento da gestão democrática na instituição educacional. Conclusivamente aponta-se que, a participação atuante da comunidade escolar em conselhos escolares é um processo em construção que ainda precisa ser fortalecido.

Palavras-chave: conselho escolar; escola pública; gestão democrática; participação social.

INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como ponto de partida o processo histórico-social vivido pelo país, com ênfase nos desdobramentos ocorridos após a promulgação da Constituição (BRASIL, 1988), e particularmente da LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 2001). Assim, a gestão democrática da educação será analisada tendo como base os Conselhos Escolares da Educação considerando suas relações e articulações com a gestão escolar e suas possíveis contribuições para a qualidade da educação em esferas locais.

A escola pública como grande protagonista deste debate vem se fortalecendo com a existência do conselho, substanciada pelos grupos da sociedade civil organizada, bem como com o processo de governança local que se caracteriza por uma ampliação do Estado na medida em que ele envolve representantes dos segmentos da instituição educacional na divisão de responsabilidades.

Seguindo essa lógica, para Werle (2003) “os conselhos escolares, como um espaço de gestão democrática do ensino público, apresentam-se, também, como ambiente de promoção e liberdade, de pluralismo, de qualidade, de igualdade, de gratuidade e de valorização do professor”. Os conselhos contam com representantes da comunidade, desde os usuários aos que trabalham na escola pública. A convivência e responsabilidades partilhadas com a escola é um movimento que precisa ser repensado e analisado no sentido de construir mais mecanismos de participação social e representação efetiva.

Segundo Monteiro (2007), a base da legislação educacional e seus desdobramentos nos sistemas através das políticas públicas de ensino originaram uma considerável normalização, que por sua vez, passou a organizar as realidades cotidianas das escolas de educação básica do ensino fundamental, mas que gerou disparidades entre as distintas realidades nacionais. Elementos como gestão democrática, autonomia, participação, projeto político-pedagógico e colegiado passaram a fazer parte do debate das escolas, com diferentes repercussões em cada unidade em virtude das distintas realidades do país.

Diante disso, o objetivo deste estudo está delimitado em analisar o processo de gestão democrática dos Conselhos Escolares (CE) em duas escolas municipais localizadas no município de Recife-PE, mais especificamente na Região Político-Administrativa (RPA) 6, que engloba os bairros de Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep, Pina, Ibura, Jordão e Cohab. As escolas estão inseridas num mesmo bairro desta RPA 6.

A primeira escola, que aqui será chamada de Escola A, é uma instituição municipal de pequeno porte onde possui 5 salas de aula e atende à cerca de 200 alunos e alunas do

ensino fundamental das séries iniciais, possuindo as modalidades de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e de Educação Especial (EE). Esta unidade de ensino está situada numa região residencial do bairro e de pouco comércio, rodeada por templos religiosos em sua maioria sendo igrejas evangélicas. A mesma é bastante concorrida na região, pois nos últimos anos vem se destacando com premiações em relação ao seu elevado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A segunda escola, que aqui será chamada de Escola B, possui uma estrutura mais ampla comparada a primeira e pode ser considerada de grande porte, pois possui 12 salas de aula e atende à aproximadamente 900 estudantes do ensino fundamental séries finais, contendo também as modalidades de EJA e de EE. A escola localiza-se num ponto estratégico com diversos estabelecimentos comerciais no entorno e encontra-se próximo de uma das entradas principais do bairro onde circulam muitas linhas de ônibus e tráfego de veículos. A unidade de ensino observada é conhecida por ter uma forte conotação negativa na região pois em suas proximidades ocorrem movimentações relacionadas ao tráfico de drogas. Além disso, esta instituição dispõe de muitos casos de abandono escolar e seu IDEB está entre um dos mais baixos do município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada a partir de algumas etapas como de levantamento bibliográfico visando aprofundar conceitos-chaves da pesquisa como participação social, gestão democrática e políticas educacionais. Além disso, fizemos visitas às escolas pesquisadas com agendamento de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com os/as membros do conselho escolar. Nesse sentido, entende-se que as técnicas de entrevista aberta ou semiestruturada permitem maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, além de admitirem menos formalidade quanto ao surgimento de outros tópicos ou questões (MINAYO, 1993; SELTZ, 1987).

O desenvolvimento desta pesquisa se deu primeiramente no refinamento teórico para a preparação das entrevistas e dos questionários que foram aplicados com os conselheiros e conselheiras das escolas estudadas. Conseqüentemente, foram contactados os gestores das unidades de ensino que permitiram a nossa ida até as instituições para compartilharmos o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados no desenvolver deste estudo científico.

Os dados coletados para a pesquisa se deu a partir de gravação e transcrição das entrevistas, dos questionários preenchidos pelos conselheiros e conselheiras e do relatório produzido durante o ano de 2019. As análises dos dados foram consubstanciadas pelos aportes teóricos estudados na área de sociologia da educação e das políticas educacionais.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Na escola A foi possível entrevistar 4 integrantes do conselho, sendo todas elas mulheres da faixa etária entre 38 e 56 anos, representantes dos segmentos de professores e de gestão da escola. As mesmas informaram que o CE funciona há quase 8 anos contínuos nesta localidade de maneira bastante atuante e com periodicidade de encontros a cada dois meses. A principal problemática apontada pelas entrevistadas se refere a dificuldade para realizar as reuniões, devido principalmente a objeção em conciliar um horário em que seja possível reunir 100% dos membros do conselho.

No entendimento de uma das representantes do segmento da direção escolar, “o conselho se reúne para tomar decisões juntos visando a melhoria da escola”. Enquanto isso, para uma das representantes do segmento de professores/as “o conselho escolar simboliza as palavras: integração, disposição e empenho”.

Na escola B o Conselho Escolar foi desativado por improbabilidade administrativa e reativado há aproximadamente 2 anos quando houve a troca de gestão da unidade de ensino. Foram entrevistados 3 conselheiros, sendo dois homens e uma mulher que possuem faixa etária entre 42 e 52 anos de idade, e representam os segmentos: gestão da escola, comunidade e pais/mães. Segundo os entrevistados as reuniões do Conselho Escolar são realizadas a cada três meses e o maior desafio de atuação do conselho se dá em relação ao uso dos recursos provenientes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que no período o qual realizamos a pesquisa estava bloqueado para repasse neste colégio devido ao processo de improbabilidade administrativa que ocorreu por parte da direção anterior, no qual ocasionou em demissão da antiga diretora da instituição, gerando assim, a necessidade de otimizar o único recurso recebido, proveniente da Prefeitura do Recife para as ações deliberadas dos conselheiros.

Segundo relato dos conselheiros, as temáticas mais abordadas nos encontros estão relacionadas à prestação de contas dos gastos da escola, aos problemas da estrutura física deste local de ensino e às práticas pedagógicas promovidas pelos funcionários, visando verificar a qualidade na aprendizagem dos alunos e alunas.

De acordo com os entrevistados, a atuação do CE tem sido de extrema importância principalmente em relação à ocorrência de melhorias estruturais na parte física da escola. Segundo o representante do segmento da gestão, por conta da pressão exercida pelo CE, a Secretaria Municipal de Educação realizou no início de 2019, algumas reformas nos banheiros, na biblioteca e no telhado da escola, algo que beneficiou bastante a parte estrutural que se encontrava precarizada. Nesse sentido, para o representante do segmento comunidade, o conselho escolar significa: “um espaço de diálogo que promove um bom relacionamento entre a comunidade que faz parte da

escola”, enquanto que para a representante do segmento pais/mães, o CE “simboliza as palavras de participação, interação e transformação”.

É importante evidenciar que mesmo com realidades sociais diferentes em cada um dos locais de pesquisa abordados, existem alguns dados que foram levantados na pesquisa e que mostram pontos de convergência nos quais merecem atenção. Entre eles, são: 100% das pessoas entrevistadas nas duas escolas informaram que na sua opinião o conselho escolar no qual fazem parte, funciona de forma democrática e que todos os conselheiros opinam nas decisões tomadas em reunião. Além disso, 100% dos entrevistados confirmaram que o conselho no qual estão envolvidos, possuem um regimento próprio e que eles colaboraram com a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Por fim, é necessário apontar que apenas uma pessoa informou que sua principal motivação em participar do CE se deu para fiscalizar as questões pedagógicas e estruturais da escola, enquanto que para o restante a causa da motivação ocorreu para participar e reivindicar melhorias no ambiente educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados levantados percebemos que as e os conselheiros entrevistados compreendem a importância da existência do CE em proporcionar um fortalecimento na gestão democrática da escola pública. Com isso, chegamos ao final desta etapa de investigação com elementos que nos ajudam a entender que mulheres e homens de diferentes realidades podem representar um coletivo integrado e a partir disso, conseguirem instituir formas inovadoras de pensar o processo de gestão das escolas públicas com o protagonismo da diversidade social presente nestes ambientes.

Sendo assim, através desta pesquisa nota-se que o Conselho Escolar é um espaço necessário de participação e representação da comunidade escolar, como formas de maior envolvimento e engajamento por parte dos segmentos que compõem a escola e seus usuários. Dessa forma, um dos caminhos para que este órgão fortalecido pode ser através de políticas públicas (como o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares) e outros cursos de formação que permitam aos(as) conselheiros e conselheiras entender as formas de resistência e controle social para o melhor funcionamento da escola pública.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq e a Fundação Joaquim Nabuco pelo apoio durante todo processo de desenvolvimento da pesquisa. Muito obrigado à minha orientadora Ana de Fátima Abranches pela dedicação em proporcionar que este estudo fosse realizado da melhor maneira possível. Por fim, agradeço aos entrevistados/as que participaram do estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.896, de 17 de setembro de 2004. Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 180. Seção 2, p. 7.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde.** 2ª edição. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

MONTEIRO, Carlos Antonio Ferreira. **Gestão democrática como processo de alteração estrutural.** In: R. bras. Est. pedag., Brasília, v.88, n. 219, p. 363-389, maio/ago. 2007.

SELLTIZ, Claire et alii. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.

WERLE, F.O.C. **Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica.** Rio de Janeiro: 2003.